

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 020

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE MARÇO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Serafina Carrilho - Sérgio Spada (licenciado); PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 002ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
21 DE MARÇO DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Carlos Simões.

Às dezessete horas e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54)

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2000 - Mensagem nº 004/2000, de autoria da Comissão Executiva, que aprova o nome do doutor Marco Antonio Teixeira para ocupar o cargo de procurador-geral de Justiça. COM PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2000

Art. 1º - Fica aprovado o nome do doutor Marco Antônio Teixeira para ocupar o cargo de procurador-geral de Justiça do Estado do Paraná, com mandato de 02 (dois) anos, contados a partir da data da posse, tendo em vista o disposto no art. 116, da Constituição Estadual, e ainda, o estabelecido pela Lei nº 9.199, de 18 de janeiro de 1.990 e pela Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1.999.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.03.2000.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO ESPECIAL

Proveniente da Mensagem Governamental nº 04/2000, chegou a este Poder Legislativo, a indicação do nome do doutor Marco Antônio Teixeira para ocupar o cargo de procurador-geral de Justiça do Estado do Paraná.

Conforme o disposto no artigo 116, da Constituição Estadual caberá à Assembléia Legislativa do Estado a aprovação do seu nome para posterior nomeação do chefe do Poder Executivo.

O nome escolhido pelo chefe do Poder Executivo foi o mais votado na eleição realizada em 21 de fevereiro do corrente ano, pelos integrantes do Ministério Público, na forma do artigo 16, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999.

O doutor Marco Antônio Teixeira através de sua ampla explanação e pela competência em suas respostas aos questionamentos formulados pelos meus nobres Pares, temos a certeza, convenceu esta comissão de sua idoneidade moral e profissional. Entendemos, também, que o nome do procurador está muito bem amparado pela expressiva vitória alcançada na eleição entre os membros do Ministério Público.

Sendo assim, apresentamos Parecer Favorável à aprovação do nome do doutor Marco Antônio Teixeira para ocupar o cargo de procurador-geral de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 15.03.2000.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS - Presidente
BERALDIN - Relator

“Esta Presidência esclarece ao Plenário que, para a discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2000, que aprova o nome do doutor Marco Antônio Teixeira, para ocupar o cargo de procurador geral da Justiça do Estado, adotará o disposto no artigo 218 e seguintes do regimento interno, como segue:

I - Os oradores deverão inscrever-se antes do início da discussão e do encaminhamento da discussão, respectivamente.

II - Durante a discussão, cada deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de quinze minutos.

III - No encaminhamento da votação, poderá qualquer deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

IV - Os apartes, permitidos pelo orador não poderão exceder a três minutos, e não serão permitidos no encaminhamento da votação.

V - A votação será por escrutínio secreto e ao ser chamado pelo senhor 1º secretário, o deputado deverá dirigir-se à mesa onde receberá a sobrecarta, a seguir, dirigir-se à cabine indepassável a direita da mesa em cujo interior encontrará cédulas de votação contendo as expressões sim e não.

VI - Os senhores deputados que forem favoráveis à aprovação do projeto de decreto legislativo, deverão se manifestar votando com as cédulas que contenham a expressão sim. Os contrários à aprovação do nome proposto, deverão se manifestar utilizando para aprovação as cédulas que contenham a expressão não.

VII - Após haver feito sua opção de voto o deputado deverá colocar a cédula na sobrecarta e depositá-la na urna que se encontra sobre a mesa.

VIII - Esta Presidência deseja salientar que para aprovação do projeto de decreto legislativo, a Assembléia Legislativa deliberará em discussão única, por maioria de votos dos deputados, conforme determina o Regimento Interno.”

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor deputado Nelson Justus, senhora deputada, senhores deputados, eminentes procuradores, faço o cumprimento nesse momento, que os vejo sentados ali na nossa galeria de honra.

Senhor presidente, inicialmente parabenizar Vossa Excelência pelo amplo esclarecimento regimental que dá a esta Casa, que é de suma importância para que possamos votar todas as matérias com absoluta tranquilidade de interpretação.

Mas o projeto em pauta, do decreto legislativo busca aprovar o nome do doutor Marco Antônio Teixeira para ocupar o cargo de procurador geral de Justiça, substituindo o eminente procurador Giacóia, que por sua vez substituiu o doutor Olympio.

Para encaminharmos essa votação, em nome da Bancada de Oposição, senhor presidente, encaminhando voto favorável a esta indicação, mero referendo ao processo democrático interno do Ministério Público e que já tem indicativo de vários nomes, listas tríplice é tirada enviada ao governador do Estado que faz a indicação, posterior sabatina por esta Assembléia e a votação em Plenário.

Nesse momento, portanto, queremos primeiro enfatizar esse processo absolutamente democrático, transparente da escolha do procurador, e ressaltar a função nobre, a função importante que tem o Ministério Público no Brasil, e particularmente no Estado do Paraná.

O Ministério Público é uma instituição que está em evolução. Muitas coisas que acontecem no Brasil, que aconteceram, fatos de corrupção, crimes são elucidados pelo vigor, pelo empenho pessoal, pela retidão, pelo empenho dos membros do Ministério Público.

Poderia citar inúmeros exemplos, recentemente o Ministério Público está numa missão muito importante em São Paulo, no episódio que envolve o prefeito Pitta e que tudo começou com uma investigação de um promotor de Justiça.

E, vários e vários fatos do Brasil demonstram a importância histórica do Ministério Público, a sua isenção, a sua autonomia, faz com que ele avance na elucidação de fatos para fazer com que a justiça seja implantada no País.

Neste momento não poderia perder a oportunidade de manifestar o meu desapego pessoal para o projeto de lei que tramita no Congresso Nacional chamado “Lei da Mordaga”, que não permite que os operadores de justiça dêem notícia àquilo que estão fazendo. E, poderemos ter, se esta lei entrar em vigor, que vários fatos que poderia se tornar públicos seus processos, obviamente pela imprensa, pessoas que poderiam colaborar, trazer provas, ficarão sem o conhecimento. E, o Ministério Público poderia cair na mesma pecha em que nós deputados cámos, que fazemos discurso aqui e lá fora o povo não fica sabendo. Fala-se que deputado não faz nada e estamos aí em reuniões de comissões, debatendo aqui, nas nossas salas atendendo as demandas regionais, demandas que temos junto à Capital, demandas internas, Plenário e ao mesmo tempo que viajamos ao interior e fala-se que deputado não faz nada.

Agora, quando acontece um fato que envolve o nome de algum deputado então falam, e falam mal.

Então, o meu medo desta “Lei da Mordaga” que está em tramitação no Congresso é que faça com que muita gente do próprio Ministério Público, da Justiça, advogados que poderiam dar publicidade com responsabilidade. Mas, meu medo é que neste momento seja tolhida uma peça importante e colaboradora no processo de investigação do Ministério Público que é dar divulgação aos fatos e corrupção e etc., poderiam ficar sabendo e contribuir e não o farão se a lei entrar em vigor.

Evidentemente que temos opiniões divergentes aqui, mas, manifestando a opinião da Bancada de Oposição, estamos referendando o voto Sim, voto aprovação do nome do doutor Marco Antônio Teixeira e uma homenagem ao Ministério Público do Brasil e do Paraná.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Aprovo seu pronunciamento, sou contra a “Lei da Mordça”, tenho debatido isto em dois programas de televisão e volto a afirmar que quem tem medo do Ministério Público tem medo do Hino Nacional, da Bandeira do Brasil e da Constituição Brasileira.

Temos que entender que se o Poder Judiciário já fez uma cartilha mostrando o que é o juiz, a juíza, o Ministério Público, e tenho certeza que o doutor Marco Antônio Teixeira também deverá elaborar uma cartilha que chegue aos bairros, vilas, conjuntos habitacionais e explique o que é um promotor público.

O promotor chora, sorri. O que representa o Ministério Público para a mãe que é violentada nos seus direitos, para o pai que é rasgado nos seus direitos.

Não à “Lei da Mordça”. Parabenizo Vossa Excelência pela inteligência, pela conduta. E digo mais: sem o Ministério Público, haveremos sempre de perder as asas de nossas liberdades constitucionais.

Muito obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Muito obrigado, deputado Alborghetti, pelo aparte que enriquece minha fala.

Senhor presidente, queremos sempre um Ministério Público atuante e terá desta Casa, acredito eu, e particularmente da Bancada da Oposição, todo o apoio necessário, mesmo que soframos até investigação do Ministério Público. Esta é sua função própria. Mais autonomia, mais rigor, mais força ao Ministério Público e parabéns à democracia brasileira.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o segundo orador inscrito, deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Ao inscrever-me desconhecia o brilhantismo que o deputado líder das Oposições usaria da tribuna. Razão pela qual e por não fazer neste dia de hoje, na presença de ilustres representantes do Ministério Público, uma confissão de apreço, de reconhecimento pelos trabalhos e de valorização, deste que representa os anseios maiores da nossa sociedade.

Desde o Tribunal do Juri, quando a sociedade questiona o réu, através de uma voz constante e obrigatória para os mais oprimidos, mais sofridos, para aqueles que não podem pagar, inclusive, um advogado,

está lá o Ministério Público, presente em todos os atos praticados pela Justiça do Paraná.

E tenho esta estima pela evolução, inclusive, da participação do Ministério Público na sociedade brasileira. E esta Casa quer render uma homenagem, e quero fazê-lo pessoalmente, em nome do meu partido, o PMDB, e em nome das Oposições, e espero poder fazê-lo, também, em nome dos 54 deputados da Casa, para não ser cansativo, aos últimos procuradores, ao doutor Giacóia, ao doutor Delazzari, ao doutor Olympio, que trilharam este caminho da participação mais efetiva do Ministério Público nos anseios da nossa população. E esta Casa, doutor Giacóia, com satisfação e com orgulho, fez uma Constituição em 89, e nesta Constituição do Estado do Paraná, elaborada por esta Assembléia Legislativa, garantiu na Carta Magna do nosso Estado, alguns princípios e alguns direitos que o Ministério Público lutava por eles e que não tinha na letra da lei a garantia efetiva e muitas vezes obrigava o promotor, nas comarcas lá do interior, disputar espaço com o escrivão do cível, com o escrivão do crime, em salas dentro do fórum, para poder exercer sua atividade. Dentre tantas e tantas colocações, algumas quase que desnecessárias, mas a Assembléia do Paraná teve o cuidado de garantir ao Ministério Público do nosso Estado o mais amplo espaço para execução desta tarefa nobre perante a sociedade.

Lembro-me, senhores deputados, do capítulo que trata o Ministério Público, na Constituição do Estado do Paraná, para alguns Estados foi enviado, inclusive, como modelo para que os parlamentares daqueles Estados referendassem nas suas Constituições as garantias desses que trabalham diuturnamente em favor da sociedade.

Talvez, doutor Marco Antônio, Vossa Excelência aqui no dia de hoje certamente será aprovado por esta Casa, talvez aqueles que estejam aqui na Capital já num centro urbanizado com todos os requisitos necessários para o exercício da cidadania, com o Procon, com tantas e tantas entidades cuidando do direito do cidadão, talvez muitos de nós esqueçam as comarcas do interior desprovidas de qualquer organismo onde a população possa buscar o seu direito ferido e a porta que existe é a porta do Ministério Público. E pelo menos, graças a Deus o Ministério Público tem merecido da população do nosso país o respeito em cada índice de pesquisa referendando a este trabalho que cada vez mais entra dentro do direito individual do cidadão e agora até mesmo dos direitos difusos da sociedade.

Teve esta Casa também e esta legislatura, doutor Giacóia, e isto indiscutivelmente fruto do seu estilo de ser, quase de apóstolo, peregrinando numa conversa constante, dirimindo dúvidas, esta legislatura teve a satisfação, tenho certeza disto, de ter votado no final do ano passado, no fim dos trabalhos legislativos, a Lei Orgânica da Magistratura, tão aguardada e tão esperada pelo Ministério Público do nosso Estado do Paraná.

Então, quero, portanto, para encerrar e não me tornar cansativo, não discutir, nobre líder da Oposição, a

questão da “Lei da Mordaca”, bastante controversa, na verdade, pouca restrição faz ao trabalho do Ministério Público, pouca restrição faz. Este é um assunto para ser discutido em outro ambiente.

Mas quero aqui, em meu nome pessoal, render uma homenagem aos dois procuradores gerais que aqui estão presentes, que já deixaram as suas funções, ao doutor Giacóia, doutor Olympio Sotto Maior, que inclusive, se despiram deste afastamento que o Ministério Público normalmente tinha de participação com os políticos, de não tentar conversar, não estar presente no meio político, mais ou menos se isolando nas suas funções e esses dois procuradores, principalmente, tiveram a certeza do alto valor moral que possuem, da estatura profissional que tem e não temer a proximidade com esta Casa e buscar nesta Casa o amparo necessário para o fortalecimento do Ministério Público do Estado do Paraná.

Quero render esta homenagem do fundo do meu coração a pessoas que aprendi a admirar no curso da minha atividade parlamentar e desejar, doutor Marco Antônio, que Vossa Excelência mantenha este tipo de entendimento com a Assembléia Legislativa, presente nesta Casa, orientando nas necessidades, discutindo conosco os projetos que podem melhorar a qualidade de vida e a garantia de vida do nosso cidadão, porque desta forma, cada um de nós cumprindo a sua parte, tenho certeza absoluta que haveremos de conquistar um espaço muito mais de cidadania garantida ao cidadão do nosso Estado.

Se cada um de nós fizer a sua parte, seguramente a população receberá os benefícios desta atuação.

Parabéns ao doutor Marco Antônio a quem nenhum de nós necessita declaração de voto, porque tenho certeza absoluta de que será por unanimidade indicado por esta Casa e o desejo de que Vossa Excelência mantenha este relacionamento com a Assembléia e os nossos mais profundos votos de agradecimento ao Ministério Público por nos ter emprestado ao Paraná homens da qualidade do doutor Giacóia e do doutor Delazzari.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Terceiro orador inscrito, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente, deputado Nelson Justus, senhores membros da Mesa Executiva, senhores deputados, senhora deputada, senhores procuradores, ex-procuradores, e procurador agora indicado pelo governador, meu caro Olympio de Sá Sotto Maior, esse bocaiuvense que veio fazer uma escola dentro da Promotoria Pública e que tão bons serviços prestou à sociedade paranaense, e quero aqui, iniciando a minha falação a respeito do doutor Olympio dizer da enorme satisfação que tivemos ao acompanhar muito de perto a sua atuação no Ministério Público.

Vossa Excelência sentindo o clamor da sociedade, sentindo a dificuldade que aquele menos favorecido pela

sorte encontrava para buscar a justiça que lhe era de direito; sentindo todas essas dificuldades Vossa Excelência teve a feliz idéia de criar e implantar aqui em Curitiba, e acredito até em alguns municípios da Região Metropolitana, as promotorias da comunidade. E por algumas ocasiões tive também a felicidade de estar presente quando da instalação de algumas delas. E como foi importante isso, como o povo, o cidadão comum, aquele que não está atento diariamente a enfrentar um Tribunal do Juri, a uma Vara de audiências criminais, a um Tribunal de Justiça, como ele se sentiu honrado, como ele se sentiu fortalecido ao ver a justiça perto dele a sua disposição. O homem sem a toga, com a sua vestimenta comum, normal, estava ali para distribuir justiça àqueles que nunca imaginavam pudessem ter acesso à justiça. Como foi gratificante isso Olympio, como foi extraordinária esta sua iniciativa de descentralizar a justiça, de levar ao pobre da favela da Vila Pinto, Sítio Cercado, Bairro Novo, uma nova Curitiba que se instalou aqui, lá no Cajuru, Vila Centenário, na Barreirinha, onde se instalaram essas Promotorias da Comunidade. Que exemplo extraordinário. Se já tínhamos uma admiração pelo trabalho do Ministério Público, e muito especial até a sua pessoa, naquela nossa convivência. E trabalho este que era acompanhado pelo seu braço direito da época, este homem simples, sempre sorridente, amável, doutor Gilberto Giacóia, não diria o seu carregador da sua mala porque o senhor nunca carregou mala, mas diria o seu cidadão, o seu companheiro, o seu braço direito, o seu irmão, que acompanhando as suas pegadas, e com toda a sua inteligência também somado ao seu trabalho que acompanhou do Olympio acabou sendo o escolhido também como procurador geral da Justiça. E se fez justiça na indicação também do amigo Giacóia. Pudemos com o doutor Olympio, com o doutor Giacóia ter uma convivência das mais harmoniosas nesta Casa, nos embates, nas propostas, nas solicitações que o Ministério Público sempre trazia a esta Assembléia. E temos certeza que essa mesma convivência, que este mesmo padrão de qualidade de justiça que se quer dar ao povo do Paraná, teremos também com o doutor Marco Antônio Teixeira, que foi o indicado pelo governador do Estado. É um gaúcho, não é paranaense, e até quero aqui rapidamente ler o seu currículo, para que os senhores parlamentares o conheçam mais.

(Lê):

“Marco Antônio Teixeira é nascido em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, aos 17 de março de 1952, sendo filho de Edmundo dos Santos Teixeira e Maria de Lourdes Teixeira. É casado com Maria da Conceição Gonçalves Pinho Teixeira, com quem tem duas filhas, Livia Pinho Teixeira e Rachel Pinho Teixeira.

Iniciou seus estudos em Porto Alegre - primário - no Grupo Escolar Dr. Oscar Tollens na Escola São José (1959 a 1963) e o ginásio no Colégio Champagnat (1964 a 1967). Frequentou o científico no Colégio Estadual do Paraná (1968 a 1970). Coursou a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (1971 a 1975), tendo colado grau de bacharel em Direito no mês de março de 1976.

Por concurso público, ingressou no Ministério Público do Estado do Paraná em março de 1977. Foi promotor de Justiça nas comarcas de Dois Vizinhos, Imbituva, Paranavaí, Cornélio Procópio e Rolândia. Em Curitiba atuou junto a Vara de Menores Infratores, Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, 13ª Vara Cível e Promotoria Especializada de Reparação do Dano Resultante de Crime.

Foi promovido a procurador de Justiça em 1999.

Integrou a Comissão de Estudos sobre o anteprojeto de Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na parte referente ao Ministério Público.

Faz parte do Conselho de Redação da Revista MP.

Exerceu as função de promotor-adjunto da Corregedoria-Geral nos períodos 1990/1991 e 1993/1995.

É membro da Comissão Institucional encarregada de proceder o levantamento histórico relativo ao Memorial do Ministério Público do Estado do Paraná.

Foi coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa da Saúde Pública.

Exerceu a chefia de gabinete da Procuradoria-Geral em 1993 e 1998/2000.

Participou, como examinador, em bancas de concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público em 1993 e 1996/1997.

No período 1988/1989 lecionou as disciplinas Instituições de Direito Público I e II, Direito Comercial e Legislação de Terras na Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio.

Cursou Direito Penal e Direito Processual Penal (*corsi singoli*) no período acadêmico 1982/1983, na Università Cattolica del Sacro Cuore, em Milão, na Itália.

Fez pós-graduação - especialização - em Ciências Penais, na Universidade Federal do Paraná no ano de 1990.

Atualmente exerce a função de secretário da Procuradoria-Geral de Justiça”

Este é o nosso novo procurador-geral da Justiça, que está aqui na nossa Constituição, a função, a atuação deste importante Ministério Público.

Eu, na minha longa carreira de homem de imprensa, já se vão mais de quarenta anos, quantas e quantas noites e madrugadas, no Tribunal do Juri, acompanhando a atuação do representante da sociedade, que é o promotor de Justiça, aquele que representa o Ministério Público, que às vezes até com muita dificuldade e por necessidade de melhor conhecimento da família daquele réu, estava lá o defensor da sociedade, procurando fazer a justiça para aquela pessoa.

Quero, em nome da Bancada Governista, do líder do Governo, dos líderes de Partidos, aqui, nesta Casa, meu caro Marco Antônio Teixeira dizer da satisfação que esta Casa teve em fazer a sabatina com Vossa Senhoria e dizer, que se Deus quiser, a exemplo do que aconteceu com o Olympio, com o Giacóia, esta Casa nunca vai precisar recorrer a esta Constituição, para destituí-lo do seu cargo,

porque sabemos da importância que é o Ministério Público para a sociedade. Em nome da Bancada Governista receba os cumprimentos, os desejos de muita sorte, felicidade, compreensão, renúncia, mas acima de tudo das bênçãos de Deus, que o iluminará nessa sua nova função.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito ao senhor 1º secretário, que dê início à chamada nominal para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermas Brandão**)

Procede chamada para votação nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Votaram 51 senhores deputados. Designo uma comissão composta pelos seguintes senhores deputados: Duílio Genari, Cesar Seleme, Irineu Colombo que juntamente com o senhor 1º secretário farão o escrutínio dos votos.

Esta Presidência anuncia o resultado: 51 senhores deputados votaram pela aprovação do projeto de decreto legislativo. Foram 51 votos sim. **Aprovado por unanimidade.**

Peço licença a Vossas Excelências para, mais uma vez, em nome da Assembléia Legislativa, cumprimentar a esses guardiães da lei e defensores da sociedade, que aqui se encontram, dizer que muito pouco caberia a esta presidência nesse instante, depois das palavras dos deputados Caíto Quintana, Irineu Colombo e Algaci Tulio. Mas, em nome da Mesa Executiva quero destacar a importância deste ato que a nossa Casa realiza neste momento, e nós dando cumprimento à Constituição, com muito orgulho, com muita honra, num momento tão especial que vive a sociedade brasileira, e de igual maneira a sociedade paranaense, num efetivo combate à impunidade, ratificamos o nome do doutor Marco Antônio Teixeira, desejando muito sucesso nessa nova etapa da sua vida, complementando os nossos agradecimentos especiais a esses dois companheiros desta Casa e verdadeiros defensores da sociedade, o doutor Giacóia e o doutor Olympio.

Parabéns, doutor Marco Antônio Teixeira, em nome da Mesa Executiva e de todos os 54 deputados desta Casa.

Concedo a palavra ao doutor Marco Antônio Teixeira.

O SR. MARCO ANTÔNIO TEIXEIRA

Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados, senhoras e senhores, meus colegas do Ministério Público, que estão presentes e que me honram nesse momento com a sua companhia.

Gostaria em primeiro lugar, de agradecer a manifestação e confiança desta Casa, na minha pessoa e na minha instituição, muito mais do que uma deferência pes-

soal toma conta de reconhecimento ao processo democrático que teve o Ministério Público do Paraná, ao indicar nomes para deliberação do Poder Executivo, do Poder Legislativo, de respeito ao princípio da democracia que é o que se faz diariamente nesta Casa.

Gostaria também, e que sejam essas as minhas primeiras palavras de dizer aos senhores deputados, além do nobre presidente, os senhores deputados que usaram a tribuna, deputado Irineu Colombo, Caíto Quintana e Algaci Tulio, que as expressões de reconhecimento que aqui deram da tribuna e certamente exprimem o pensamento dos seus pares, essas expressões de reconhecimento constituem medalhas, porque são eles representantes honrados do povo do Paraná, representam medalhas que figurarão no peito da minha instituição.

Gostaria também de dizer aos senhores deputados, às senhoras e os senhores presentes que não há outra forma de fazer a democracia neste Estado se o Ministério Público e a Assembléia Legislativa não estiverem unidos no mesmo propósito de servir o interesse público. Não é por acaso, por acidente geográfico, que a Procuradoria Geral de Justiça fica tão próxima da Assembléia Legislativa.

Quero lhes dizer, como já disse, e tive a honra de fazê-lo quando fui sabatinado na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, que o Ministério Público do Paraná e sua Assembléia Legislativa tem muito em comum. Tem em comum quando esta Casa edita leis que caberá ao Ministério Público fazer respeitar em todo o Estado, como faz respeitar leis de outros parlamentos como da República e do município.

Temos esta relação de causa e efeito absolutamente necessária para a vida democrática e para a vida social. Não fosse isso, somos nós, cada um nas suas funções constitucionais, os construtores de defesas e do verdadeiro interesse público que identificamos nas causas e nos sofrimentos sociais, para em cima disso, legislar e após ver cumprida esta legislação.

No momento em que assistimos no país um clima de desgaste das instituições e, em alguns momentos, de violência contra as instituições públicas, é muito importante que o Ministério Público esteja presente, junto com os representantes do povo, na defesa dos interesses deste povo.

Os senhores devem saber, como o passado já demonstrou, que em nenhum momento as portas da sala onde trabalha o procurador de Justiça estará fechada para qualquer representante desta Casa, que lá vá tratar dos interesses do povo do Paraná. Nossa porta, tenham certeza, , estará sempre aberta para acolhê-los.

O Ministério Público, mais do que reconhecer a importância desta Casa na vida das pessoas que moram neste Estado, o Ministério Público do Paraná precisa desta Casa, precisa porque na luta que se desenha para os próximos tempos, de defesa do direito dos cidadãos, haverá sempre e necessariamente que haver a participação no entendimento com a Assembléia Legislativa.

Não poderia ser de outra forma no regime em que vivemos.

Na verdade, quando se fala de Ministério Público, se fala de promotores de Justiça, se fala de procuradores de Justiça. Tenho aqui, como disse no início, alguns companheiros valorosos da minha instituição, que me deram a honra da companhia, e saúdo a um deles que representa, certamente, as qualificações de todos os demais. Desde aquele promotor iniciante de uma comarca nas barrancas do Rio Paraná, até o nosso procurador de Justiça mais antigo.

Saúdo a todos eles da figura do atual procurador-geral de Justiça, doutor Gilberto Giacóia. Homem que o Estado do Paraná, na sua condução firme, desasombrada, íntegra, cordial e de absoluto respeito às liberdades públicas, soube conduzir o Ministério Público do seu Estado. O Ministério Público que recebeu hoje, na foz de muitos parlamentares, e ouvi, o reconhecimento do fruto deste trabalho.

Saúdo nele qualificações profissionais que ele tem, que não excedem suas qualificações pessoais, as virtudes dos meus colegas, todos eles.

Gostaria de dizer ainda, e prometendo não alongar tanto esta exposição e esta primeira prestação de contas, porque acho que cabe ao procurador-geral de Justiça estar nesta Casa, quando necessário, a prestar contas ao povo do Paraná, pois aqui vejo no rosto de cada um dos senhores o rosto de todos os cidadãos deste Estado, e, a eles é sempre necessário prestar contas.

Venho lhes dizer que quando o deputado Algaci Tulio menciona o dispositivo constitucional de que cabe a esta Casa o poder da destruição do procurador geral, venho lhes dizer que é absolutamente necessário e esta é a razão do Ministério Público estar aqui neste momento, é absolutamente necessário que a Casa que destitui o procurador geral tenha participação decisiva na sua indicação.

Independente de decisões, com todo o respeito que elas possam merecer de tribunais superiores, que hoje entendem desnecessário este *referendum*, é dever nesta democracia do Ministério Público, estar na Assembléia Legislativa do seu Estado a prestar contas, a expor quem é e o que pretende fazer, para os representantes do povo.

É necessário que tenhamos uma noção muito clara e para além das fronteiras do Estado do Paraná, Estado do Paraná que é a casa de todos nós, terra dos nossos sonhos, a nossa Pátria verde, branca e azul, é necessário ter, em alguns momentos, uma visão para além do Parana-pena, para além do Rio Negro, para fora do Estado. Entendemos, certamente, qual é o nosso papel no mundo, pois que hoje o que se exige do promotor é exatamente isso: ter uma noção de qual seu papel no mundo, de como e que rumos está trilhando a sociedade paranaense e brasileira. Não é mais possível que o promotor de Justiça - e certamente estamos abandonando esta fase da nossa vida e começamos a abandoná-la a partir de 1988, com a edição da Constituição Federal da República, - não é mais possível que o promotor se contente apenas em bem

produzir trabalhos processuais, em cumprir prazos que a lei determina e chegar ao fim daquele belo trabalho e entender que com isso cumpriu integralmente sua missão constitucional. Hoje isto não é mais possível, porque cada vez mais, além dos afazeres processuais, que continuam sendo relevantíssimos, o promotor de Justiça é exigido para sair do seu gabinete, ir às ruas, aos bairros, ao córrego que está contaminado, ir atender a uma reclamação de uma associação de periferia, de verificar o posto de saúde, porque é que não está funcionando.

Hoje se exige muito mais, portanto, um envolvimento, uma verdadeira contaminação do promotor com os problemas da sociedade, a qual lhe serve. Isto nos leva, como eu disse, a uma visão maior das coisas, e percebemos que afinal de contas nem sempre o processo encerra nele um fim mesmo. Temos que ter noção que, por exemplo, processos que nos chegam às mãos interferem na vida das pessoas, muitas vezes mudam a vida e rumos da administração pública.

Não podemos mais ter aquela noção acadêmica, dos primeiros anos da faculdade de direito de que o processo é uma realidade afastada do mundo. Não. Não é. Apesar de tudo o que se possa dizer em contrário, não é. O processo não está afastado do mundo. Bem pelo contrário, ele é fruto dos apetites do mundo.

Na América Latina, e aí concluo aquele raciocínio de porquê é preciso ter a visão no mundo, hoje, e o promotor precisa ter esta visão, na América Latina, portanto, falo para além do Paranapanema, do Iguaçu e do Rio Negro, o Estado sofre uma crise enorme. Ele sofre uma crise de governabilidade, com raízes nos seus desequilíbrios do sistema político, o Estado passa por uma crescente obscuridade econômica, pois as instituições que definem o território econômico nacional foram praticamente afetadas pela transnacionalização da economia. E o pior, temos a crise do Estado-Nação, como forma política. O Estado tem-se revelado incapaz, na maioria dos países latino-americanos, de controlar algumas de suas funções clássicas, tanto na economia quanto na segurança, saúde e coesão social. Este quadro que é um quadro latino-americano e que infelizmente de alguma forma dele fazemos parte, tem que nos dar a noção exata de qual o nosso papel no mundo, de que direitos devemos priorizar e defender.

Não tenho dúvidas que o Ministério Público tem um compromisso de todas as formas na sua atuação de propiciar ao povo do Paraná, ao cidadão singularmente falando ou enquanto em associação ou enquanto coletivamente o acesso a justiça, posto que o nome da função é esta exatamente - promover a justiça. Quem é promotor promove a justiça, quem é procurador, numa má interpretação da palavra também procura realizar justiça. Este é o destino do Ministério Público, que está hoje aqui nesta Casa reverenciando os seus membros e propondo continuar e que isto nunca, jamais acabe o relacionamento de respeito, o relacionamento e o intento de trabalhar em conjunto pelo interesse do Estado.

Quando, e esta Casa tem a noção crítica da vida, como deve ter todo o Parlamento, quando dizemos, por exemplo, são princípios tão elementares da nossa vida, constam da Constituição, quando dizemos por exemplo que somos todos iguais perante a lei, devemos ter um olhar crítico sobre a vida e é isto que espero dos promotores e eles estão tendo isto - por que que este princípio desperta em mim esta desconfiança? Porque muitas vezes, por questão de retórica, por questão de conveniência este princípio tem sido usado. Princípio básico da convivência do homem em sociedade tem sido usado e distorcido.

Uma certa vez li um trecho de um determinado autor que dizia o seguinte - todos são iguais perante a lei, mas será que é igualdade proibir a pobres e ricos de dormirem sob as pontes? Bem podemos ver, portanto, que a questão da igualdade é mais complexa do que pode parecer à primeira vista.

Esta Casa deu ao Ministério Público ao final do ano passado uma prova de reconhecimento que a história da nossa instituição saberá escrever de forma indelével. Aqui foi discutido, votado um texto de Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Paraná que deu a minha instituição e saúdo os senhores deputados que tanto trabalharam na discussão e na formulação de um texto tão importante, texto que deu como dizia a minha instituição a aforria de um passado que não condizia com o Ministério Público que hoje é o melhor do Brasil, reconhecidamente e não apenas por nós, não fazemos este juízo em causa própria. O reconhecimento vem das instituições congêneres dos outros Ministérios Públicos do País.

Esta Casa ao editar esta lei num momento e aí sim concretamente de entendimento nos aforriou de 1968, data do velho estatuto do Ministério Público que já não nos servia, que previa uma realidade que há muito tinha deixado de existir. Éramos capengas, o melhor ou um dos melhores Ministérios Públicos do Brasil tinha uma legislação interna do tempo de uma geração ou duas atrás. Coube a esta Casa corrigir e atualizar nos jogando numa modernidade que temos que enfrentar hoje, nos dando em muitos momentos, instrumentos para modernizar a instituição e que caberá a mim, após o reconhecimento e a confiança depositada no meu nome, conduzir este processo de implementação e modernização do Ministério Público do Paraná, com base na lei que os senhores votaram.

Quero dizer aos senhores, que dentre as questões que importam o povo do Paraná, o Ministério Público tem dado de forma denodada, extremada muitas vezes, demonstrações de interesse e de visão crítica sobre as necessidades do nosso povo e tem atuado dessa forma.

Após 1988 - quando falo em 1988, falo da Carta Magna - foi o Ministério Público que abriu, ouvindo a população, o povo, portas para atender as questões que mais incomodam a população: questões de meio ambiente; de saúde pública; do trabalhador, pessoa portadora de deficiência, idoso, infância e juventude; os

direitos da cidadania; as questões criminais que tanto nos sobressaltam enquanto legisladores e enquanto homens comuns - questões criminais que hão de ter um aprofundamento ainda maior, no trato e no combate à criminalidade, percebendo-se, entretanto, que a criminalidade não irá se reduzir apenas com a redução da estatística de processos criminais em andamento. Há todo um entorno à volta de um processo criminal, que muitas vezes é mais importante que ele próprio, com a redução da criminalidade na nossa sociedade. Estou lhes falando de questões sociais, como desemprego, como a falta de escolarização; como a marginalidade. Questões essas, sim, são criminógenas que partem, às vezes, do próprio Estado em algum momento por desvio da administração pública. Nesse momento há um fator criminógeno, ou seja, de produção, de estímulo à prática do delito.

Portanto, quando falamos em aprofundar a questão criminal, falamos com o senso de perceber a realidade das coisas, para além do processo. O processo criminal não resume em si próprio a solução, para a insegurança pública do país inteiro. Ele é apenas um segmento de um contexto muito mais amplo e que passa, certamente, pelos trabalhos dessa Casa e que passa, certamente, pelos trabalhos da Câmara e do Senado Federal. Temos que ter essa dimensão dessa chaga, que é o crime, hoje, na nossa sociedade, que veste tantas roupagens: é o crime organizado, o narcotráfico - coisas que todos sabemos dos jornais. Aqui, os senhores sabem, como sabem todos os parlamentares, porque a sua função é legislar em cima de problemas sociais, são da maior importância e que inquietam os cidadãos.

O Ministério Público, os senhores podem acreditar, não se omitirá, não se demitirá da sua obrigação constitucional de titular exclusivo da ação penal, que será exercida firmemente, mas com a consciência que todos devemos ter, que a melhoria do padrão de segurança, que a redução das taxas de mortalidade, não passa apenas pela questão judicial, pela questão processual.

Quero dizer também, que a mim preocupa, particularmente, esse fenômeno que nos envolve a todos e que, vulgarmente, se chama de globalização. É um fenômeno tão importante quanto foi a Revolução Industrial ou a reorganização do capital, na década de 30 ou talvez mais importante que isso. Temos que ter uma noção muito clara das consequências desse movimento planetário, no qual de alguma forma estamos inseridos. Isso certamente ditará alguns rumos da sociedade. O Ministério Público participa desse processo, com olhar crítico e como defen-

sor, permanente, do interesse público, que não pode, que não deverá, ser enfraquecido, frente a interesses transnacionais que pouco têm a ver com o Brasil, muitas vezes, e que pelo contrário, esvaziam a legitimidade das instituições políticas, neste país.

A partir do momento e isso é muito grave, num contexto de globalização, que se pode projetar pode, eventualmente, nos conduzir a este desfecho, no momento em que, eventualmente, se pode admitir, por exemplo, que o Fundo Monetário Internacional tenha mais razão, em determinada diretriz, em determinado assunto brasileiro, do que tem o governo eleito pelo povo dessa terra, a partir do momento, a que cidadãos comecem a pensar isso, se é que irão, os senhores imaginar que já não teremos mais muito para discutir em Casas como esta, pois que, a migração do Poder e da legitimidade transferiu-se para fora desta Casa! Esta preocupação, que é uma preocupação certamente premonitória, com certeza passa e não é indiferente aos senhores.

Quero concluir dizendo aos senhores deputados, e os senhores sabem, muito bem do que falo, sabem pelo contato que têm com suas bases, sabem, homens públicos, experimentados que são, que o nosso povo sofre violências de toda ordem! Nosso povo tem carências diárias, tem urgências que não podem mais ser adiadas e não há tempo a perder! O Ministério Público sabe disso e se perfila entre aqueles que querem trabalhar e diminuir essas urgências e essas violências!

Lembro-me de uma observação feita por um ator, já muito velho, que todos conhecemos, Vitorio Gasmann, o Gasmann dizia, numa certa altura da sua vida que devíamos, todos, ter uma vida para ser ensaiada e outra para ser vivida. Aqui, no Brasil de hoje, não temos esse tempo!

Agradeço a atenção, a confiança que os senhores depositaram no meu nome, mas, principalmente, na minha instituição, e saibam que ela, como nunca faltou, não faltará ao seu dever para com o povo, nesse Estado.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.